

# CONSERVAR TAMBÉM É PRECISO

Katia Jucá Bara

8 de agosto de 2010

Com a queda do Muro de Berlim e a crise do Estado enfrentada, na década de 80, pela Europa, os princípios liberais foram ressuscitados e ganharam projeção. A ênfase no mercado se impôs a partir de uma necessidade real, não apenas oportunisticamente.

Ocorre que isso inspirou o resgate de ideias gestadas à época em que os regimes fascistas ocuparam os espaços que ainda não estavam ocupados pelo socialismo, então hegemônico no Leste Europeu e em boa parte da Europa. Naquele contexto o liberalismo puro era uma espécie de contrapartida aos regimes fascistas e comunistas e atendia aos anseios da época, visando contornar seus desvios.

No contexto atual, diferentemente, os espaços vazios a ser preenchidos são completamente outros. Do ponto de vista econômico, a agenda neoliberal, em certa medida, se adequou à urgência na redução do tamanho do Estado, que a crise europeia que vem se arrastando desde a década de 80 impunha. Porém, do ponto de vista social, o neoliberalismo não consegue preencher o grande espaço vazio que efetivamente restou, uma vez que direitos civis que criminalizam práticas condenáveis de injustiça e discriminação, caso do racismo e da opressão da mulher (hoje emancipada), foram conquistados e já estão em processo de consolidação.

Por outro lado, as bandeiras que marcaram a década de 60, como a legalização da eutanásia e do aborto (numa época em que os métodos contraceptivos estão muito desenvolvidos), e que tiveram imediata receptividade em alguns países europeus, são tipicamente de esquerda e desagradam segmentos expressivos da direita. Além disso, são reivindicações que, diferente daquelas que claramente visavam promover a Justiça e a igualdade de direitos de gênero e raça, suscitam justificadas dúvidas quanto à legitimidade.

De um lado, batem de frente com a cultura religiosa que ainda predomina no Ocidente e ainda é muito representativa inclusive na Europa. Mas pensar que é só isso seria ingênuo, pois, de outro lado, tais reivindicações de fato também esbarram em questões éticas delicadas que mobilizam reflexões sérias nos mais diversos meios, não apenas nos espaços religiosos.

Isso para não mencionar manifestações em torno de ideias bizarras cuja ilegitimidade é flagrante, uma vez que representam ataques aos direitos mais essenciais dos cidadãos que integram uma sociedade. É preciso ter em mente que vivemos no âmbito de uma sociedade democrática, em que o espaço público é alvo de reivindicações de todos os tipos.

Acreditar que a mera existência de cada uma das reivindicações seja um sinal explícito de que a adesão a estas corresponde à aceitação do “progresso” (ideia que povoa o imaginário de muitos) é uma postura profundamente equivocada. Isso justamente porque, dadas as características das democracias contemporâneas, toda e qualquer reivindicação de mudança hoje tem espaço. Vale tudo.

É aí onde entra, no meu entender, a importância da postura conservadora (que tem representatividade em praticamente todos os países desenvolvidos, mas inexistente no Brasil) e das chamadas ideias republicanas, que deslocam o debate da esfera dos direitos (onde, a esta altura, atingem um ponto de saturação) para o de deveres e compromisso com o bem-público. Isso não tem nenhuma relação com estatismo ou coletivismo, mas com a necessidade de preservar direitos universais, essenciais na convivência das pessoas, e assegurar a viabilidade social.

É interessante ressaltar que o termo conservador é, popularmente falando, mais associado à direita como uma espécie de anátema, uma vez que também adquire outros significados ligados à manutenção do status quo.

O fato das sociedades contemporâneas ocidentais terem conquistado uma série de direitos que trouxeram mais justiça social abriu margem à vulgarização da ideia de que toda mudança é sinônimo de avanço. Com isso, criou-se um ambiente propício a erros históricos graves.

Nesse contexto, o realismo conservador, ao contrário do passado, quando conservadorismo significava criar obstáculos para a concretização de ideais de Justiça, é

indispensável. A base do conservadorismo é o pessimismo em relação à natureza humana ou, melhor dizendo, o realismo em relação à natureza humana, que pode ser, predominantemente, virtuosa e colaborativa ou não (uma vez que não se pode generalizar todas as culturas nem todos os indivíduos da espécie).

Mesmo se levarmos em conta os “progressistas” que enfatizam a bondade natural do homem, grande parte destes tende a reconhecer que essa “bondade” só floresce no ambiente propício. Não deixa de ser um endosso à postura conservadora, segundo a qual é a sociedade com seus hábitos que modera e limita a perversidade natural do homem.

Ou seja, num contexto em que as mais importantes conquistas humanas foram realizadas e as reivindicações são uma constante com a qual passaremos a conviver, nunca talvez o conservadorismo, na melhor acepção do termo, evidentemente, se mostrou mais necessário, seja ele de esquerda ou direita. A história mostra que, dada a natureza humana, basta um grande deslize para um erro histórico grave estar feito e conduzir a humanidade à barbárie.